PROTESTOS DE JUNHO DE 2013: ETNOGRAFIA DO CONFLITO, DESDOBRAMENTOS, CONTROLE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

2013 JUNE PROTESTS: CONFLICT ETHNOGRAPHY, UNFOLDING, CONTROL AND SOCIAL MOBILIZATION

Cláudia Peixoto Cabral [1]

Resumo: Os protestos de junho de 2013 promoveram uma série de mudanças no contexto social, político e histórico. Suas consequências e desdobramentos ainda não podem ser totalmente mensurados. No entanto, a mobilização da sociedade foi um fenômeno que influenciou posteriormente os acontecimentos que ocorreram no âmbito político. As manifestações pelo Impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff, utilizaram-se de práticas e dinâmicas dos protestos de junho de 2013, que também modificaram as relações da sociedade com o Congresso Nacional. Este artigo trata da experiência e trabalho de pesquisa antropológica no campo dos protestos e dos conflitos que ocorreram em 2013 e 2014 nas ruas do Brasil; de mudanças; estratégias de controle social; desdobramentos; consequências e transformações que sucederam após os protestos de junho de 2013.
Palavras-chave: Controle social; Impeachment; Protestos.

Abstract: The June 2013 protests prompted a series of changes in the social, political and historical context. Its consequences and deployment can not yet be fully measured. However, the society mobilization was a phenomenon that subsequently influenced the events that occurred in the political arena. The demonstrations by the President of the Republic Impeachment, Dilma Rousseff used practices and dynamics of the June 2013 protests and also modified the society with the National Congress relations. This article deals with the experience and work of anthropological research in the protests and conflicts field that occurred in 2013 and 2014 on the Brazil streets; of changes; social control strategies; unfolding; consequences and transformations that followed the June 2013 protests.
Keywords: Impeachment; Protests; Social control.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, em Brasília e em todo o país, mais de um milhão de pessoas foram às ruas sem partido, sem líder, em um movimento que começou com as lutas pela redução da tarifa do transporte nas capitais e transformou-se em um processo rizomático e de efervescência social, mesmo com as estratégias de controle social. Tais estratégias foram

[1] Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás, Brasil.

o foco da dissertação de mestrado que desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

As manifestações populares em uma dinâmica contínua ampliaram-se, reuniram uma multidão e emergiram reivindicações diversificadas: contra a Copa; contra os megaeventos esportivos; contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 37); contra o projeto da "Cura Gay"; contra a FIFA; contra a corrupção; contra as empresas de comunicação e o monopólio da mídia. Os protestos tinham como reivindicações iniciais pautas de amplo alcance social o direito ao passe livre estudantil e o atendimento a questões relacionadas à ineficiência e qualidade do transporte público e em um segundo momento melhorias na educação, saúde e pela segurança padrão FIFA; pela destinação dos royalties do petróleo para a educação; pela democracia e pela Reforma política que permanece sem execução e mantêm um contexto de falência do sistema eleitoral e político.

A falta de credibilidade das instituições públicas e políticas e o desânimo com as estruturas de poder existentes promoveram uma reação e ação dos atores sociais que participavam dos protestos que, mesmo momentânea, foi significativa, uma vez que motivou uma ampliação significativa dos protestos de junho de 2013. A insatisfação com o Estado e com os integrantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (o último em menor escala, provavelmente por ser o mais fechado dos poderes e pelo fato de que seus integrantes não são eleitos pelo voto popular) era generalizada em um recado claro da sociedade contra o Estado de contestação e enfretamento à forma e estrutura como estão concebidos o sistema político e de relações de poder no Brasil.

Amplos e transitórios, os protestos de junho de 2013 receberam o apoio de 84% dos brasileiros, segundo apontou pesquisa IBOPE (Instituto de Opinião Pública e Estatística) em agosto de 2013. Deixaram como legado político a ampliação de vários grupos e a participação de diversos segmentos da sociedade nas manifestações populares, além de algumas conquistas. Apesar de imediatistas e urgentes, em um primeiro momento, pode-se considerar que o atendimento às reivindicações da sociedade tinha como foco atuar na contenção da expansão dos protestos e era realizado em duas vertentes mais expressivas: transporte público e proposições legislativas discutidas no Congresso Nacional. Também podem ser consideradas como reações imediatas aos protestos de junho de 2013 as estratégias urgentes de controle social colocadas em práticas pelo Estado que foram observadas em trabalho de campo durante a pesquisa antropológica sobre os protestos de junho de 2013, uma etnografia de conflito.

CONTROLE SOCIAL

Durante os protestos de junho de 2013 além de reivindicações e conflitos ocorreram ações violentas de controle social em que foram registradas ocorrências de pessoas mortas e feridas nos municípios brasileiros. Segundo informações do portal G1, 13 pessoas morreram em um ano de

protestos pelo país, de junho de 2013 a junho de 2014. Este levantamento apontou a ocorrência de três mortes em Minas Gerais e São Paulo, duas no Rio de Janeiro e em Goiás e uma no Pará, Rio Grande do Sul e Piauí.

Durante os protestos de 2013, no dia 21 de junho, em Belém, a gari Cleonice Vieira de Moraes foi atingida por gás lacrimogêneo lançado pela Polícia Militar, enquanto trabalhava, passou mal e veio a óbito. No mesmo dia, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, o estudante Marcos Delefrate morreu atropelado por um carro que avançou com o automóvel na mobilização das pessoas do protesto.

Em 22 de junho, Luiz Felipe de Almeida sofreu uma queda do viaduto José Alencar, em Belo Horizonte, e morreu após permanecer 19 dias internado.

Já no dia 24 de junho, Valdinete Rodrigues Pereira e Maria Aparecida foram atropeladas enquanto bloqueavam uma área de protesto na cidade de Cristalina, no Estado de Goiás. Em 26 de junho, o marceneiro Igor Oliveira da Silva foi atingido por um caminhão que desviava de uma manifestação numa ciclovia no Guarujá. Nesse mesmo dia, Douglas Henrique de Oliveira também caiu do viaduto José de Alencar em Belo Horizonte e também faleceu, mesmo local em já havia acontecido outro incidente. Ainda no dia 26 de junho, no Piauí, Paulo Patrick morreu após ser atropelado por um táxi durante protesto em Teresina.

No Rio de Janeiro, no dia 31 de junho, o ator Fernando da Silva Cândido morreu após inalar gás lançado pela polícia em protesto em 20 de junho de 2013. Em 2014, no Rio de Janeiro, o vendedor Tasman Amaral Accioly foi vítima de atropelamento por um ônibus no protesto do dia 6 de fevereiro, o mesmo ato em que o cinegrafista Santiago Andrade foi atingido pelo rojão e que veio a falecer quatro dias depois.

Outro levantamento feito pela Conectas, Organização Não Governamental, que atua na área de Direitos Humanos, relata prisões e detenções arbitrárias, perseguições, violência a manifestantes e jornalistas e amplia para 24 o número de mortos em protestos no período entre 2013 e 2014. Constam no relatório de 177 páginas, 13 mortes ocorridas durante os protestos, sem incluir o cinegrafista Santiago Andrade. A 13ª vítima fatal é um manifestante não identificado, morto pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, no dia 24 de junho, durante protesto na favela Bateau Mouche, em Jacarepaguá. Consta ainda no relatório o falecimento de Lucas Daniel Alcântara na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais, em 1º de Julho de 2013, atingido por disparo de um policial em protesto pela melhoria da qualidade dos serviços públicos.

As outras 10 mortes que constam no relatório da Conectas ocorreram no dia 24 de junho de 2013, pela ação da polícia militar do Rio de Janeiro em protesto na favela da Maré, localizada na zona norte da cidade. Segundo o relatório, após terminar o protesto na favela localizada em Bonsucesso, a Polícia Militar iniciou uma operação de intimidação dos moradores, que foram impedidos de circular e tiveram suas casas vistoriadas de forma autoritária e violenta e vitimou 10 pessoas. Os policiais militares usaram

bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e de fuzil. O acontecimento ficou conhecido como "Chacina da Maré", porém a morte das vítimas da ação policial foi relatada de forma discreta pela mídia, diferentemente da morte do cinegrafista Santiago Andrade, ocorrida em 6 de fevereiro de 2014. Até pouco tempo antes de finalizar a pesquisa de mestrado em 2015, não tinha conhecimento das mortes nesse protesto no complexo da Maré.

Há ainda números expressivos de feridos e detenções durante os protestos em registrados em levantamento feito pela ONG Artigo 19. Usando como base reportagens, dados de movimentos sociais e da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), o documento apontou que, até onde se sabe, 837 pessoas ficaram feridas durante os protestos no período de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013, em cerca de 696 atos de protestos em todo o país. Nesse relatório, consta o registro de oito mortes no mesmo período. O relatório ainda mostra que, somente em junho de 2013, no auge dos protestos, cerca de 2 mil pessoas foram detidas e encaminhadas às delegacias do país.

Outro relatório da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) apontou que pelo menos 83 jornalistas e profisnais de imprensa brasileiros foram agredidos ou feridos de junho a outubro de 2013. Dentre esses casos, ficam de fora vários outros que ocorreram em 2014, como o caso do cinegrafista Santiago Andrade. O levantamento registra que ações de repressão da polícia militar foram responsáveis por cerca de 80% dos casos de agressões aos jornalistas, somando 65 profissionais da imprensa, no exercício da função de cobertura jornalística dos protestos, que foram vítimas da ação violenta da polícia. Entre eles, além de outros casos relatados, o do fotógrafo Sérgio Silva que perdeu a visão do olho esquerdo devido a tiro de bala de borracha disparado por um policial militar não identificado, no dia 13 de junho de 2013, durante o 4º ato do Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo.

Em seu relato Sérgio Silva disse que foi atingido pela bala de borracha em seu olho no momento em que a polícia realizava um bloqueio e abordagem às pessoas que participavam dos protestos e ordenavam o afastamento dos profissionais de imprensa e que parassem de realizar o registro da ação policial. Sérgio Silva afirmou que como outros profissionais de imprensa buscou proteção dos disparos e quando voltou para fotografar a ação da tropa de choque levou o tiro que lhe tirou a visão.

Os casos de ação prepotente e violenta do Estado, por meio da polícia militar, nos protestos de 2013 e 2014, trazem implicações que suscitam amplos questionamentos. No entanto, este trabalho pretende enfocar algumas consequências e transformações políticas que estão relacionadas aos protestos de junho de 2013, dentre elas a elaboração e a sofisticação das estratégias de controle social, da qual fazem parte a repressão e a proposta de instaurar o medo de agir e que Slavoj Zizek nomeia de *política do medo*, ou seja, o ato de intimidar a ação como forma de controle:

> "Estamos tratando aqui não da diferença entre duas visões-ou conjuntos de axiomas –mas, da diferença

> entre a política baseada num conjunto de axiomas universais e a política que renuncia a própria dimensão constitutiva do político, uma vez que revela do medo enquanto seu supremo princípio mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio. A correção política é a forma liberal exemplar da política do medo. Uma (pós-)política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um *oclhos* ou de uma multidão paranoica: é a união de pessoas aterrorizadas." (ZIZEK, 2014, p.46).

Além das estratégias de controle social, junho de 2013 tornou-se parte do contexto histórico do país, deixaram impressões, configurações e continuam produzindo ações, reações, cisões, formas e expressões simbólicas significativas no imaginário coletivo.

CAPTURA DAS FORMAS E EXPRESSÕES SIMBÓLICAS DOS PROTESTOS

As manifestações populares geraram produções literárias, acadêmicas, jornalísticas, cinematográficas, televisivas e musicais e influenciaram a produção intelectual e cultural, como por exemplo, a realização do filme *Junho*. O documentário produzido pelo *Jornal Folha de S. Paulo,* dirigido por João Wainer foi lançado nacionalmente um ano após os protestos de 2013 e um dia após o primeiro jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014 na capital federal.

A produção do documentário *Junho* também pode ser pensada como exemplo do recurso conveniente da cultura (YÚDICE, 2004) e da captura das práticas e expressões simbólicas do protesto pela indústria do entretenimento e do audiovisual. Por outro lado, apesar de ter sido lançado como um produto de audiovisual no sistema comercial de distribuição, em um momento em que a mobilização social tinha continuidade em todo o Brasil, o filme registra e traz relatos significativos que mostram a repressão e a violência do Estado e contrapõem a versão dos protestos de 2013 como "baderna", versão amplamente utilizada pela grande mídia.

A decisão da *TV Folha*, ligada ao *Jornal Folha de S. Paulo,* de produzir o documentário sobre os protestos de junho de 2013, aconteceu após a repórter da emissora ser atingida no olho por um Policial Militar no protesto de 13 de julho de 2013 nas ruas da capital paulista. Durante o trabalho de campo, assisti ao filme no cinema do Shopping Casa Park, um centro comercial em Brasília onde estão instaladas as marcas de grife de móveis e objetos de decoração para o público de alto poder aquisitivo. Quando comprei o ingresso da sessão das 15 horas, verifiquei a tela de mapeamento de lugares da sala e observei que minha ocupação era a única da sala de cinema, naquele dia e sessão.

As produções de TV também realizaram a captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013. Durante a pesquisa, observei a captura imagética das dinâmicas e práticas sociais dos protestos nas produções

audiovisuais da minissérie *Felizes para sempre*, filmada em Brasília; nas novelas *Sete Vidas* e *Totalmente Demais* e no folhetim permanente na grade de programação *Malhação*, todas produzidas pela *Rede Globo* de Televisão. A produção musical também se inspirou nas mobilizações populares de 2013. Tenho conhecimento e registro de três músicas que abordam as manifestações públicas em sua composição: *Vai ser assim*, tema do documentário *Junho,* feito pela *TV Folha* e pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria do rapper Criolo, que não está em nenhum dos CDs gravados e não é cantada em nenhum de seus shows; a música *Multidão*, do grupo Skank, gravada em CD lançado em 2014 com o rapper B Negão e, finalmente, a música *Chega* (não é só por vinte centavos), letra de Gabriel Moura gravada pelo cantor Seu Jorge.

PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E AS TRANSFORMAÇÕES NAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS

Os desdobramentos, consequências e transformações políticas dos protestos de junho de 2013 vão além da captura das formas e expressões simbólicas. No processo político que esteve em curso no Brasil, houve uma série de utilizações das práticas de mobilização popular que configuram adaptações e deformações no âmbito das manifestações populares. Pode-se afirmar que uma dessas adaptações está na concepção das manifestações de 2015 e 2016 pro-Impeachment da presidente Dilma Rousseff e que os protestos de junho de 2013 inspiraram e serviram de modelo para a ocupação das ruas naquele momento. Essas manifestações copiaram formas de mobilização, entre outros elementos dos protestos de junho de 2013 como, por exemplo, a ocupação das ruas para reivindicação. Além disso, o nome de um dos movimentos organizados que participavam das manifestações pró-Impeachment é uma cópia de um dos principais movimentos sociais que iniciaram as manifestações de junho de 2013. Um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), Kim Kataguari, defensor do Impeachment, afirmou que o nome do grupo que ele estava à frente foi inspirado na sigla do MPL (Movimento Passe Livre).

Algumas outras manifestações pró-Impeachment se inspiraram nos protestos de junho de 2013 de maneira bem estilizada e até excêntrica, com direito a especificidades que causam estranhamento a pesquisadores e aos militantes dos movimentos sociais. Grupos e pessoas usavam nas manifestações a camiseta da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), uma das instituições com amplo histórico e vários casos de corrupção e crimes financeiros.

Há outras apropriações: dancinhas no formato de coreografia de axé, jingles plagiando sucessos da música pop e uma musa, modelo paulistana que tirava a roupa nas manifestações pró-Impeachment. Com o título de "Musa das Manifestações", a modelo Juliana Isen entrou para o mercado de entretenimento adulto nacional, sendo capa da revista Sexy, publicação do segmento erótico direcionada ao público masculino. A "Musa das Manifestações", além de capa de

revista e ensaio fotográfico, também fazia shows em casas noturnas do segmento erótico. Em 2015, esteve em Goiânia realizando um desses shows na Estância M & M, onde vários outdoors espalhados pela cidade a anunciavam como atração principal de um show erótico também destinado ao público masculino.

Não tenho conhecimento de outras manifestações de âmbito nacional de conflito e disputa de poder que tenham gerado uma musa. Nas mobilizações das "Diretas Já" e do Impeachment do presidente Fernando Collor não existem informações sobre a criação de uma musa que tenha atuado nesse segmento. No entanto, há de se registrar que, em 1992 a mídia não construiu uma musa, mas construiu alguns políticos com carreira consolidada que se tornaram representantes da sociedade brasileira no Congresso Nacional e em outras esferas das instituições públicas e de poder.

O relato sobre a construção da musa das manifestações é só um exemplo dentre vários que podem ser citados como uma captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013 e das transformações na dinâmica das manifestações de rua. As próprias manifestações de 2015 e 2016 são desdobramentos de junho de 2013, quando houve uma ampla ocupação do espaço urbano para processos reivindicatórios.

Diferentemente dos protestos em que realizava o trabalho de campo em 2014, nos quais havia a sensação de insegurança por estar em um ambiente de conflito em que eram constantes as revistas policiais, dentre outras abordagens e procedimentos colocados em prática pelo Estado como estratégias de controle social, nas manifestações pró-Impeachment de 2015, estranhava não temer a polícia, que se portava de maneira diferente, amistosa e tranquila.

Nessas manifestações, a sensação de não temer a polícia foi substituída pela convicção de que, se por um lado a polícia agia de forma diferenciada, por outro era impossível não temer os discursos e convicções. No trabalho de campo e durante a observação participante das manifestações pró-Impeachment em 2015 foram registradas em anotações e na memória ocorrências de saudações à ditadura militar e à repressão, discursos inflados em defesa da intervenção militar. Mobilizações em que as pautas de reivindicações apresentavam-se com enfoque determinantemente político infladas de ira e, marcando um ambiente muito diferente de uma manifestação de militância social, uma vez que não havia reivindicações de amplo alcance à sociedade. O trabalho de campo nas manifestações de 2015 foi marcado por dias difíceis, pois as demonstrações e convicções de ódio generalizado e de retrocesso causavam apreensão. Ouvir e registrar como dados de pesquisa certas palavras e frases que remetiam ao passado autoritário da ditadura militar e observar todo aquele contexto de desesperança e amargura foi um processo inquietante e significativo.

No entanto, os protestos de junho de 2013 também influenciaram novas práticas reivindicatórias de amplo alcance social, como o protagonismo juvenil dos estudantes secundaristas nos protestos pela educação e ocupações contra

o fechamento de escolas; a reestruturação programada pelo governo do Estado de São Paulo; a ocupação das escolas em Goiás contra a implantação de organizações sociais (OSs) nas escolas estaduais, dentre outras. As mobilizações da sociedade em reivindicação às demandas de alcance social e defesa da conquista e da manutenção de direitos também podem ser consideradas influências, consequências e desdobramentos de junho de 2013 no ativismo em mobilizações populares e de transformação política.

Junho de 2013 foi um momento inédito e diferenciado no contexto social, político e social do Brasil em que ocorreram fatos marcantes, como a ocupação, no dia 17 de junho de 2013, da marquise do Congresso Nacional, não por um momento festivo e comemorativo da vida política e social, mas pela mobilização popular e determinação da ocupação do prédio do Poder Legislativo federal, pela demonstração da repressão e violência do Estado em reação aos protestos e pela mobilização da multidão nas cidades. Ainda vivemos um momento de alerta, que sinaliza para um processo de regressão social em que muitos direitos, conquistas sociais e garantias fundamentais constitucionais estão ameaçadas. Apesar do aumento e sofisticação da repressão, inclusive no ordenamento jurídico, os protestos de junho de 2013 servem de exemplo e modelo para ações de oposição às decisões impositivas do Estado brasileiro.

É também importante refletir sobre o aumento das práticas e técnicas corporais da repressão sobre os indivíduos. Os protestos de junho de 2013 mostraram a face obscura dos órgãos de segurança pública e controle que cotidianamente ocorrem nas periferias, mas que foram registrados no centro das cidades. Desde a ditadura, não se tinham tantos registros sucessivos, como no período de junho de 2013 a junho de 2014, do aumento expressivo da ocorrência de violência do Estado: espancamentos, humilhações, intimidação e prepotência de abusos policiais em áreas urbanas centrais. Há de se considerar que a partir de uma análise detalhada do orçamento da segurança pública pode-se inclusive chegar à constatação de que esses recursos não são investidos na prevenção à criminalidade e na garantia de segurança à sociedade, mas destinado principalmente à repressão e ao controle social.

Após junho de 2013 e apesar da sofisticação das estratégias de controle social as mobilizações sociais não cessaram, houve o protagonismo secundarista nas escolas pela garantia do direito fundamental da educação, pelos direitos trabalhistas, pela demarcação das terras indígenas e quilombolas e pela manutenção das garantias constitucionais. Mas até o momento fica em aberto o questionamento sobre os protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos e consequências como dinâmica, processo político e como influência para uma geração de ativistas e movimentos reivindicatórios, não por interesses políticos e partidários, mas por causas sociais e garantias de direitos fundamentais, interrogação que poderá nortear novas pesquisas e investigações.

A reflexão que emergiu durante a pesquisa de dissertação de mestrado e que aponta para as transformações nas relações políticas entre o Congresso Nacional e a

sociedade, foi a constatação da existência de novas práticas de controle social e de segregação de espaço ocorridas na Esplanada dos Ministérios e no gramado em frente ao Congresso Nacional. Após os protestos de junho de 2013 e a ocupação da marquise do prédio do Poder Legislativo Federal, pela primeira vez na história do Brasil por uma mobilização popular contra o Congresso Nacional, várias alterações na questão de vigilância e controle social nesse espaço foram colocadas em prática. O aumento da vigilância e a presença de elementos dos aparatos de segurança do Estado foram resultados de um processo de sofisticação dos dispositivos de controle social.

Ainda sobre o processo de segregação social, vigilância e controle que vem sendo colocado em prática no espaço do gramado em frente ao Congresso Nacional, outro fato chama atenção e intriga pensamentos. No dia 17 de abril de 2016, a Esplanada dos Ministérios ficou fechada durante três dias devido à sessão de votação do processo do Impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Também pela primeira vez na história de Brasília, em 56 anos de existência da capital federal, o gramado da Esplanada dos Ministérios foi dividido ao meio por uma instalação de muros de metal para separar os manifestantes a favor e contra o Impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff.

A segregação do espaço da Esplanada dos Ministérios, dividindo os manifestantes contrários e favoráveis ao Impeachment, demonstra uma ampla prática de divisão social e política e tem significado simbólico. Outros elementos trazem luz a essa tradução das transformações ocorridas nas relações entre o Poder Legislativo Federal e a sociedade: no dia da votação do Impeachment, os manifestantes foram contidos por fileiras de policiais militares e por uma grade que ficava a vários metros distantes do espelho d'água do prédio do Congresso Nacional. Ademais, foram instalados telões para acompanhar as votações, situação antes jamais vista e que nunca ocorreu uma vez que o espaço havia sido usado de forma democrática nos últimos 20 anos.

Em 1992, cerca de 100 mil pessoas de todas as cidades do Brasil, que não tinham o mesmo posicionamento político, juntaram-se aos "caras-pintadas" e ocuparam o gramado do Congresso Nacional para comemorar a votação de abertura do processo de Impeachment do presidente Fernando Collor. Desse modo, é necessário refletir que há mudanças em curso no Brasil que merecem observação. Ficam aqui algumas considerações e ideias sobre as quais me questionei ao final da pesquisa sobre os protestos de junho de 2013, resultado de observação do gramado do Congresso Nacional, que foi ponto de partida e elemento significativo no âmbito desta pesquisa antropológica.

Além dos questionamentos levantados ao longo da pesquisa, analisando todos os acontecimentos que ocorreram até aqui, uma sequência que ninguém previa: a polarização política, manifestações pelo Impeachment, afastamento da Presidente da República e do Presidente da Câmara dos Deputados. Em decorrência de situações imprevistas que sucederam os protestos de junho de 2013 e partindo de uma

série de acontecimentos a concepção que cheguei ao final da pesquisa antropológica sobre os protestos de junho de 2013, a construção do discurso de poder e as estratégias de controle social, é que o apartidarismo dos protestos impediu, em um primeiro momento, que um grupo de poder específico pudesse apropriar-se e beneficiar-se com os protestos e capturar para si a mobilização popular como espaço garantido de poder.

A proliferação das táticas *blackblocs* em todo o país, mas principalmente a impossibilidade de alinhamento entre os protestos de junho de 2013 com grupos de poder, fez aumentar a repressão a essas manifestações populares. Os protestos de junho de 2013, em seu processo rizomático, incialmente não tinham donos ou grupos políticos de poder aliados identificados, eram uma convulsão social que inesperadamente ocupou os espaços urbanos e que preocupava e não favorecia o Estado em nenhuma esfera de poder, nem federal, estadual e municipal, e desafiava, questionava e colocava em risco a credibilidade e estabilidade do poder Executivo, Legislativo e até mesmo do Judiciário. Naquele momento, era a sociedade contra o Estado. As estratégias de controle social e a resposta em todos os âmbitos e esferas como reação foram do Estado contra a sociedade.

O caráter apartidário dos protestos de junho de 2013 não abria possibilidades naquele momento de emparelhamento para segmentos político-partidários e grupos de poder. Outra questão relacionada ao apartidarismo que é complexa e deixa ainda muitas dúvidas e questionamentos é a possibilidade que esse apartidarismo tenha sido, em 2015 e 2016, apoderado pelos movimentos e segmentos da extrema direita e de setores conservadores da sociedade durante as manifestações pró-Impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff.

Os partidos políticos e os segmentos de poder não conseguiram se apropriar, naquele momento, dos protestos de junho de 2013. Pode-se dizer que tudo começou em junho. Até mesmo as manifestações pró-Impeachment têm como referência e raiz os protestos de junho de 2013? Essa é uma ideia que prefiro não deixar como afirmação, mas como pergunta ou para questionamentos para futuras investigações. É certo que junho de 2013 marca a nossa história e deverá influenciar ações de insurgência e, pelo que percebi, de repressão por alguns anos à frente.

O momento é de vigilância e observação. Direitos e conquistas sociais estão ameaçados e apontam para um contexto preocupante de regressão social. Em junho de 2013, cartazes, faixas e uma ampla mobilização colocavam em evidência as exigências, reivindicações e desejos da sociedade que continuam sendo ignoradas e tratadas como uma abstração distante e não como uma necessidade urgente, como por exemplo, a reivindicação de realização de uma ampla reforma política para rever o atual quadro de falência dos partidos e do sistema político. No entanto, essa pauta é apagada por outras consideradas mais "urgentes", provavelmente por não interessar de forma consistente ao Estado e aos integrantes do campo dos poderes. Essa é a convicção de quem opera as relações de poder e utiliza como

estratégia de controle social e político, o esquecimento e apagamento das reivindicações da sociedade quando a questão é alterar o atual sistema eleitoral e político. Os protestos de junho de 2013 reivindicaram a reforma política. A elite política, no entanto, faz-se de surda e de cega e só escuta e enxerga a mobilização nas ruas quando ela serve aos seus interesses político-partidários e a grupos de poder específicos e determinados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil; ANDRADE, Hanrrikson de. *"O estado é mais cego do que eu",* diz fotógrafo que perdeu o olho em protesto. *UOL on-line*, São Paulo, 06 dez. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/12/06/o-estado-e-mais-cego-do-que-eu-diz-fotografo-que-perdeu-o-olho-em-protesto.htm>. Acesso em: Jun. 2014.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo.*Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG,2000.

ARTIGO 19. *As ruas sob ataque: Protestos 2014 e 2015.* Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2015/09/10/as-ruas-sob-ataque-protestos-2014-e-2015/>. Acesso em: nov. 2015.

BEDINELI, Talita. *"O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou".* Entrevista de David Harvey. Jornal El País, São Paulo, 12 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html>. Acesso em: jun. 2015.

BRACALEONE, Cassio; BEM, Daniel de. (Org). *As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil.* Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

BRASIL. Constituição (1988*). Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 2007.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CALIXTO, Thiago; CORRÊA, Felipe; PAMPLONA, Pablo. *As jornadas de junho e o poder popular***.** In: BRACALEONE, Cassio; BEM, Daniel de. (Org). As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

CAMARGOS, Roberto. *Rap é política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo. 2015.

CASARA, Rubens R. R. *Militarização da segurança: um sintoma da tradição autoritária brasileira.* In: SILVA, Evanildo M. da Silva. (Org.). Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas. Uberlândia: Pueblo, 2015.

CASTILHO, Sérgio R. R.; LIMA, Antônio Carlos de S.; TEIXEIRA, Carla C. (Orgs.) *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.* Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2014.

CATTANI, Antônio, D.(Org.). *#protestos: análises das ciências sociais.* Porto Alegre: Tomo Editorial. 2014.

CONECTAS. *Relatório Final: Mortes provocadas pelo excesso do uso da força.* São Paulo, 2014.Disponível:<http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/relat

orio%20final_oea_vers%C3%A3o%20MPF.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011- 2015*. Série Estudos Políticos. Brasília, 2010.

_____. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019.* Série Estudos Políticos. Brasília, 2014.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. *Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana.* Iluminuras,Porto Alegre, v.4, n. 7, 2003.

FERNANDES Letícia; GAMA, Junia. *Relator do caso Cunha sofre ameaças e pede proteção policial.* Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 nov. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/relator-do-caso-cunha-sofre-ameacas-pede-protecao-policial-18091248>. Acesso em: nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petropólis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Colonialismo interno* (uma redefinição). In:BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Orgs).A teoria marxista hoje. Problemas e perspectiva.Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe, de la Red de Centros Miembros de CLACSO. 2007. Disponível em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 19.doc>. Acesso em: out. 2014.

GUHA, Ranajit. *La Prosa de la Contrainsurgencia*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia e África, 1999.

HALL, Stuart. *El trabajo de la representación*. In*: Sín garantias. Trayetorias y problemáticas em estudiosculturales.* Popayán/ Lima/ Bogotá/ Quito: Envión editores/ Instituto de Estudios Peruanos/ PontificiaUniversidadJaveriana/ Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

_____. NuevasetnicidadeseAntiguas e Nuevas identidades y etnicidades. In*: Sín garantias. Trayetorias y problemáticas em estudiosculturales.*Popayán/ Lima/ Bogotá/ Quito: Envión editores/ Instituto de Estudios Peruanos/ PontificiaUniversidadJaveriana/ Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INTERVOZES. *Vozes silenciadas: Mídia e protestos: as coberturas das manifestações de junho de 2013 nos jornais* O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e o Globo. São Paulo: Intervozes, 2014.

MACIEL, Camila. *Pelo Menos 83 jornalistas foram agredidos durante as manifestações.* Empresa Brasileira de Comunicação EBC/ Agência Brasil Brasília, 21 out. 2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-21/pelo-menos-83-jornalistas-foram-agredidos-durante-manifestacoes-mostra-abraji ->. Acesso em: ago. 2015.

MARICATO, Ermíria (Org). *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2013.

MELUCCI Alberto, *Acción coletiva, vida cotidiana y democracia.* México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

NEGRI, Antônio. *Por uma definição ontológica de multidão*. Revista Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 19-20,2004.

SILVA, Evanildo M. da Silva. (Org.). *Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas.* Uberlândia: Pueblo, 2015.

STACCIARINI, Isa. "*Separar manifestantes não é uma boa ideia", diz ministro da Justiça*. Jornal Correio Braziliense. Brasília, 15 abr. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/15/interna_cidadesdf,527410/separar-manifestantes-nao-e-uma-boa-ideia-diz-ministro-da-justica.shtml>. Acesso em: mar. 2016.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* Petrópolis: Vozes, 2007.

VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In: MARICATO, Ermíria (Org). Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANA, Silvia. *Será que formulamos mal a pergunta?* In: MARICATO, Ermíria (Org). Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior. 2013.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZIZEK, Slavoj. *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____.*Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.